



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede em

Bruxelas

-- Participação Consulta Pública --

Roteiro (nacional) para a Neutralidade Carbónica é mais papista que o Papa...

NOTA DE ACTUALIZAÇÃO (11/03/2019)

Dados não oficiais indicam que a ambiciosa meta de redução do efectivo pecuário de 25-50% será reduzida para 20-30%. A CNA considera tal mudança positiva. Contudo, e ainda à espera de confirmação oficial, as metas não deixarão de ser uma machadada brutal na produção pecuária nacional e no agudizar da dependência agro-alimentar do exterior, para dar resposta a números e medidas tecnocráticas, desadequadas da realidade nacional.

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica para 2050 (RNC 2050) é apresentado como sendo ambicioso para a economia nacional, visando o equilíbrio entre as emissões antropogénicas (provocadas pela acção humana) e a redução pelos sumidouros de carbono.

Sem pôr em causa a necessidade civilizacional em eliminar as grandes agressões ambientais e a urgência em inverter a delapidação do ambiente e dos recursos naturais, a CNA considera bastante “arrogantes”, mesmo enquanto produção tecno-burocrática, muitas das percentagens definidas neste “RNC 2050” e nele apontadas, com rebuscada precisão, até às décimas percentuais.

No geral, o compromisso nacional, exageradamente ambicioso e mais papista que o papa, segue a linha do bom aluno europeu também nas questões ambientais e surge pretensamente líder no combate às alterações climáticas e no apoio ao Acordo de Paris.

Na pretendida equação de balanço entra a agricultura e as florestas, são sectores que, podendo complementar-se, na prática também se podem anular no que à emissão de carbono diz respeito. No entanto, são dos sectores da economia que maior machadada levam nas limitações de produção. Parece que queremos salvar o Golias – o total das emissões atmosféricas de carbono - das malvezas dessa grande afronta que é David – a agricultura-pecuária e a floresta. Esta perspectiva parece mesmo estar presente nas estratégias dirigidas ao sector, seja no cenário socioeconómico, pelotão ou camisola amarela. Senão, vejamos:

Florestas

Consideram-se as florestas como sumidouro naturalmente privilegiado no que respeita ao CO₂. Contudo, não se pode uniformizar o comportamento desigual da espécie no que à capacidade de processamento de carbono diz respeito. Aliás, tal como na capacidade de devolvê-lo à atmosfera, essencialmente através dos incêndios rurais. Aqui todo o CO₂ armazenado é novamente libertado para a atmosfera e de formas super-intensivas.

Este documento governamental parece ignorar outro sumidouro de carbono no qual Portugal é rei, os oceanos. Embora a capacidade de retenção seja baixa comparando com o papel das florestas (a molécula de CO₂ não se dissolve facilmente na água), 97% do nosso território (terrestre+marítimo) é Mar.

No uso dos solos e floresta, o “cenário pelotão” prevê um aumento da área das espécies produtivas (sobreiro e eucalipto) e uma ligeira diminuição do pinheiro bravo e de outras espécies. Contudo, há o anseio em diminuir a área de eucalipto em 16%. Com uma clara aposta nas espécies de produção e, a longo prazo, nas de protecção, com vista a reduzir a área ardida.

Mas se a diminuição futura da área ardida se ficar pelo voluntarismo mais ou menos formal, então não se vai lá. A aposta numa floresta resiliente ao fogo, só acontecerá se as espécies mais combustíveis, entretanto tiverem mercado – escoamento normal - e não com a miséria dos Preços à Produção de que têm disposto de há décadas a esta parte! Ou seja, é indispensável assegurar o escoamento da Madeira, da produção, a preços justos para os pequenos e médios proprietários que, como é sabido, são os gestores e detentores da maior parte da floresta nacional. Ao mesmo tempo, acabe-se com as medidas tendentes para o esbulho da pequena propriedade e com as leis autoritárias para as populações que até já levaram à liquidação de árvores autóctones e centenárias.

Mas, ainda mais voluntarista é a pretensão de manter a média anual das áreas ardidas ao nível (curto) de 2018 porquanto, é sabido, em 2018 choveu durante o Verão e foi este facto que determinou a menor área ardida nesse ano. Ou seja, o RNC 2050 para a floresta e os incêndios (emissões de carbono para a atmosfera por esta via), conta com a boa colaboração sistemática do S. Pedro...

O RNC 2050 realça o aumento da contribuição da biomassa para a indústria. Se é importante fazer uma gestão activa da floresta, é importante garantir que o aproveitamento económico da floresta seja, prioritariamente, para produção de madeira e de outros bens e não para subprodutos. Aliás,

tendo em conta as dinâmicas já instaladas no terreno, a grande indústria de biomassa e dos aglomerados está interessada em material para trituração, barato, sem grandes exigências de qualidade e indo até ao aproveitamento “intensivo” das árvores queimadas pelos incêndios como está a acontecer, agora, depois dos desastrosos incêndios de 2017. E o plantio indiscriminado que também já se está a processar perante esta “pressão” económica, aponta para a utilização de espécies de crescimento rápido – pinheiro incluído (o radiata) e mesmo de espécies exóticas para além do eucalipto. Depois, a nossa floresta de tipo mais tradicional precisa de nutrientes para se desenvolver e, por isso, não se pode, aí, rapar e rapar os solos para recolher matos, arbustos e giestas (para a indústria da biomassa). Por último, os objectivos mais de tipo social e ambiental – os ecossistemas naturais e construídos - reclamam outra atenção e mais e melhores apoios públicos.

Na agricultura, que terá um contributo para a neutralidade carbónica, especialmente na última década 2040-2050, uma vez que apresenta um potencial de redução mais diminuto.

Parte das “previsões” são justificadas pela Política Agrícola Comum (PAC), com a redução nos apoios ao rendimento e à produção e o reforço às agro-ambientais e ao clima. Contudo, e especificamente na área dos cereais em que se prevê um aumento do autoprovimento, nomeadamente, *num prazo de 5 anos, em cereais de 38 % dos quais 50 % no milho, 20% nos cereais praganosos e 80% no arroz* -, ou culturas proteaginosas, hortícolas ou permanentes de regadio.

Nos campos do nosso País, é entretanto indispensável manter as Populações e travar a desertificação humana. Ora, isso não se consegue sem incrementar a diversidade da vida económica – a começar pela actividade da Agricultura Familiar - o que também significa ter-se muito cuidado com a aplicação de “receitas fundamentalistas” que o RNC 2050 também apresenta, nesta matéria.

Sector bovino: No RNC 2050, para o objectivo da redução das emissões de metano “mau” (que também há o metano “bom” para biogás...), prevê-se uma redução do efectivo bovino – de 25% a 50% - justificada pela continuidade das políticas da PAC, as quais, em boa verdade, têm contribuído para a liquidação das explorações pecuárias em Portugal, especialmente as de pequena dimensão ($A < 5ha$) de tipo familiar, com o desligamento das ajudas à produção, a eliminação das quotas de leite e a abertura à “lei da selva” do mercado comum.

Contudo, afirmam compensar esta diminuição pelo aumento da produtividade. Provavelmente, estaremos a falar da concentração de manadas em explorações de capital intensivo (como os

efectivos, as terras, o modo de produção...). Porém, afirmam prever-se que a maioria da produção estará em regimes extensivos e de baixo encabeçamento. Entretanto, em Portugal, está já em marcha a instalação de super-grandes e super-intensivas explorações de bovinicultura. Afinal como é?...

No cenário dito “camisola amarela”, isto é, o mais desejado, reincide-se na (falsa) teoria da competitividade, acelerada pela abertura aos mercados (estamos já aqui a admitir os acordos comerciais transnacionais...). Então, deixará de se produzir carne e leite em Portugal (e diminuimos a pegada do sector) e aumentará a nossa dependência alimentar e financeira. Porém, aumenta-se também a emissão de carbono com as importações, que camiões, aviões e navios carregados de alimentos provocam poluição acrescida....

A liquidação de 25% a 50% dos efectivos bovinos é ainda justificada pelas tendências alimentares das novas geração. O que os números nos falam é que, em média, cada português consome 174,3 g/dia, sem grandes diferenças nos grupos etários. Aliás, as grandes diferenças nos consumos surgem em períodos de crise económica. Portanto, não é, principalmente, uma questão de opção alimentar, mas é mais devida ao estrangulamento da carteira. No cenário de pelotão ainda se aprofunda mais a questão, uma vez que se afirma que se apostará nas raças autóctones e no modo de produção biológico.

Ora, repete-se, simultaneamente assistimos à criação – oficialmente estimulada - de mega e super-intensivas explorações para a engorda de bovinos, nomeadamente em Évora, com mais de 10 000 cabeças. Também se prevê uma diminuição da produção de aves, na “camisola amarela”, associada à abertura a novos mercados.

Por outro lado, o RNC 2050 confirma o vício da política agrícola nacional na aposta em regimes intensivos, neste caso na produção de suínos, essencialmente para exportação, mas com alterações nos sistemas de tratamento de efluentes.

Pois, sempre que há referências à diminuição – por opção política - da produção associada à abertura aos mercados externos, não se contabiliza os impactos associados à produção, em outros países e ao transporte dos animais, uma vez que a factura fica alocada aos países produtores. Não é uma verdadeira redução das emissões de GEE, mas sim uma fraudulenta do balanço de emissões (em LCA, associada à fraude de definição da fronteira do sistema). Para além de, e como já se disse, agravar a balança agro-alimentar nacional.

Em ambos os cenários se prevê um aumento da área de agricultura biológica, de conservação e da agricultura de precisão. Se é verdade que cada vez mais consumidores e, em consequência, a produção procura produtos e práticas de produção com menores “inputs”. É aí clara a necessidade de estimular, aconselhar e dar ferramentas aos agricultores para adopção de práticas mais sustentáveis.

A agricultura de precisão parece estar associada a um tipo de agricultura em que está ausente o agricultor... e em que a terra é dispensável como meio de produção. Mas, afinal, que interesse social e ambiental tem o apoio a produções que não fixem as pessoas e o capital no mundo rural, e em respeito pelo ambiente e pelos recursos naturais?

Outra questão levantada pelo RNC2050 é a necessidade de reduzir o desperdício alimentar. Ora, se a maioria do desperdício alimentar acontece no processamento, embalamento e distribuição (375 000 t/ano) interessa apostar em modos de comercialização mais próximos do consumidor.

Outras questões não sectoriais, mas ainda sendo...

Em nenhum dos cenários se considera a possibilidade de repovoamento dos espaços rurais. Apenas se considera possível o aumento da pressão demográfica das áreas metropolitanas (ainda mais ?!) ou, na melhor das hipóteses, das cidades médias. Isto provavelmente quer dizer que nada será feito para melhorar a vida das populações rurais e, assim, diminuir a progressiva expulsão destes, por exemplo, através da aposta na produção (agrícola, florestas, transformação) ou na garantia de serviços públicos às populações. Porém, os rurais “expulsos” das suas Povoações e Explorações, caem desamparados nas cidades e vilas aí agravando todos os problemas sociais, demográficos e humanos, o que constitui uma das chagas civilizacionais mais dramáticas dos nossos dias.

Aliás, a contínua referência a uma produção que no futuro será exclusivamente assente nas novas tecnologias (“precisão”) leva a querer que a existência de agricultores tem os dias contados. Mas, ainda assim, querem ver valorizados (financeiramente) os serviços de ecossistemas prestados pelos agricultores, o que estamos de acordo em concretizar. No contexto, a CNA valoriza e reclama a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar como um conjunto de medidas públicas capazes de apoiar o trabalho e a vida dos nossos pequenos e médios agricultores e a Produção Agrícola de base familiar.

Em todos os cenários se prevê um aumento da taxa de urbanização (desequilíbrio territorial, que acarreta ainda mais problemas,...), e no cenário de camisola amarela prevê-se um aumento do

peso sectorial dos bens transaccionáveis na VAB. Agricultura que cresceu 6,5% no VAB (INE, 2017).

Mas ainda neste âmbito da redução das emissões de carbono, deve ser encarada a educação específica das gerações populacionais – nas Escolas e nas Famílias - para terem outros comportamentos mais de acordo com a obtenção de um tal objectivo.

Em conclusão e agora no geral:

-- Não interessa a Portugal um RNC 2050 mais papista que o Papa na linha das “produções”, tão nocivas, do “bom aluno” perante as imposições da então CEE e agora UE.

-- Reduzir tão drasticamente a produção pecuária é insustentável e um erro estratégico. E se alguns dos principais responsáveis pela proposta nacional, entram a desvalorizar e a aligeirar este capítulo – como pretenderam fazer os Ministros da Agricultura e do Ambiente recentemente – então para quê introduzi-lo tão concretizadamente no articulado do RNC 2050 ?...

-- Depender tanto e tão confiadamente do São Pedro para conter os Incêndios Florestais é outro erro de cálculo que se pode revelar desastroso.

-- É outro erro estratégico o aceitar como fatalidades a teoria da competitividade e o êxodo rural. Isso também revela falta de vontade e de coragem políticas.

28 de Fevereiro de 2019

A Direcção da C N A